

17 MAI 1996

GAZETA MERCANTIL

Política econômica desgasta o governo

Herbert Levy *

O presidente Fernando Henrique Cardoso sempre se caracterizou como um político voltado para a solução dos problemas sociais. Não mais!

O fato de aprovar reajustes salariais e previdenciários abaixo da inflação apurada no período e manter com firmeza uma política deflacionária que aumenta o desemprego e a inadimplência está-lhe custando muitos apoios importantes.

Isso para não falar na desastrosa deterioração da balança comercial, pelo estímulo que essa política dá às importações e desestímulo às exportações.

O governo, por exemplo, vinha contando com a boa vontade e a cooperação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Força Sindical. Agora, sob a pressão das bases, o seu presidente, Luiz Antônio Medeiros, anuncia a adesão à greve geral proposta pela CUT, rival e decidida opositora do governo.

“A responsabilidade pe-

lo desemprego e recessão econômica é mesmo do presidente Fernando Henrique. O ministro do Trabalho é muito bom de conversa, mas não faz nada de concreto”, denuncia o presidente Medeiros.

Vão-se abrindo, assim, claros importantes nas fileiras que apóiam FHC.

O presidente FHC é o responsável pelo desemprego e a recessão econômica

O secretário da Agricultura de São Paulo, Antônio Cabrera, é também presidente do PFL paulista, partido que integra a base de apoio ao governo. No programa “Bom Dia São Paulo”, da rede Globo, ele criticou duramente o presidente da República pelo desamparo à agricultura e consequentes problemas. Já o presidente da Confederação da Agricultura havia responsabilizado o governo pela crise no ano de 1995, só compa-

rível à recessão de 1929, de triste memória, que causou cerca de 1 milhão de desempregados. Como estes não sabem fazer outra coisa, foram engrossar as fileiras dos sem-terra, estimulando uma ação verdadeiramente subversiva.

O governo procurou aliviar a crise com medidas de apoio creditício a juros abaixo das vergonhosas taxas que prevalecem no Brasil e tentou acionar uma verdadeira reforma agrária. Não é fácil, porém, esta sair das intenções. O secretário Antônio Cabrera informou em seu programa que mais de 54.000 trabalhadores agrícolas em São Paulo perderam seus empregos nestes primeiros quatro meses de 1996.

Já é tempo de o governo interromper a ação negativa em que se transformou

a estabilização do real via deflação. Não há dúvida de que há importantes projetos de investimento do exterior que estão ocorrendo e outros estão sendo projetados. Isso

porque, como já disse e repito, o presidente FHC tem uma qualidade indiscutível e fundamental para assegurar o desenvolvimento econômico do País: sua integridade, sua autoridade moral. Mas ele não pode desmanchar com uma das mãos o que constrói com a outra. É hora de uma ação decidida em prol do desenvolvimento econômico, parando com desemprego, inadimplência e recessão.

Outro índice grave é o crescente endividamento dos estados e municípios de que nos dá notícia a Gazeta Mercantil do dia 15 de maio. “A dívida bancária dos estados e mu-

nícios saltou de R\$ 1,9 bilhão, de janeiro a abril de 1995, para R\$ 4,4 bilhões nos quatro primeiros meses deste ano.”

Ainda agora o ilustre ministro da Saúde, Adib Jatene, conseguiu convencer o presidente a criar um novo imposto para a Saúde poder pagar em dia os hospitais privados do País. Mas aí vem a reação da sofrida área industrial.

Antônio Ermírio de Moraes, além de ser um dos maiores capitães da indústria nacional e ser destaque líder eleito muitos anos pelo Balanço Anual, é o dedicado dirigente do Hospital da Beneficência Portuguesa. Falando à repórter Sonia Racy, do Estado de São Paulo, ele pondera: “A Saúde precisa de recursos. Mas a criação de mais um tributo vai marginalizar e onerar quem realmente paga impostos no Brasil.

A carga tributária não pode ser ainda maior do que já é sem empurrar mais gente para a economia informal. A União tem de equilibrar a gangorra”.

A deterioração do quadro econômico produzida pela deflação não tem exceções geográficas. Mesmo áreas conservadoras, como Minas Gerais, são vítimas da inadimplência, conforme registra o mesmo Estado de São Paulo em despacho de Belo Horizonte: “A Superintendência do INSS em Minas entrou ontem na Justiça Federal com pedidos de execução fiscal de 547 empresas de Belo Horizonte e Juiz de Fora, acusadas de sonegação no recolhimento de contribuições de seus empregados, no valor de R\$ 246 milhões. Entre os dez maiores devedores estão a construtora Mendes Júnior, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ETC) e a Rede Ferroviária Federal (RFFSA)”.

O realismo e o bom senso impõem a adoção de uma política que tempere os objetivos da estabilidade monetária sem levar amplos setores à uma recessão descabida e nefasta.

* Presidente do conselho de administração da Gazeta Mercantil.

